

## Os valores morais e a organização da diversidade

Publicação: [O Mundo em Português Nº 53](#)

Data de Publicação: Fevereiro 2004

Autor: Mehmet Aydin

Apesar das enormes dificuldades, ainda é pertinente falar de valores morais e mesmo de «valores morais comuns». Razões históricas, culturais e sobretudo políticas têm feito com que a partilha de valores morais seja negligenciada, mesmo menosprezada a favor da diversidade. Esta situação ocorreu sobretudo nos últimos séculos, quando a formação de identidades nacionais foi quase uma necessidade histórica.

Aceitar e respeitar a diversidade é um dever. Negligenciar ou ignorar este ponto essencial vai contra dados científicos estabelecidos e contra os claros requisitos de moralidade e sabedoria política. Mas, é necessário um trabalho árduo para se ter uma ideia clara da natureza da diversidade. Por outras palavras, temos de ter a certeza de que a diversidade em causa é real e não fabricada ou inventada.

Os valores têm diferentes estatutos. Alguns vão e vêm, outros perduram durante séculos, outros ainda são tidos por «universais». Usando a terminologia de Michael Walzer, conhecido cientista político americano, as chamadas ideias, valores, têm uma forma «thick» ou «thin». O respeito pela personalidade humana, por exemplo, é um valor que existe em todas as culturas. Pode ser identificado e reconhecido desde que se preste a devida atenção, já que tal valor é «revestido» (thickened) de maneira diferente nas diferentes culturas. É a thinness referente à sua «essência», que pode ser chamada de «universal» ou de «valor partilhado». Não podemos esquecer que são levantadas sérias objecções, científicas, filosóficas e outras, à ideia de universalidade no que toca aos valores morais.

Urge encontrar um «feliz meio termo» ou um equilíbrio entre a comunhão de valores e a diversidade no que toca à vida moral. Há que dar-lhe o seu devido lugar, primeiro, na educação, depois na cultura e por último nas nossas relações internacionais em geral e na política internacional em particular. Na maioria das relações internacionais, a diversidade vingou – e é interessante notar que tal não se verificou no campo das relações internas ou nacionais. Aí, a filosofia dominante, hegemónica até, era audaz: nós éramos todos iguais. Este era o requisito das políticas culturais definidas

política e ideologicamente, por vezes rigidamente planeadas, que estão agora a ter algumas dificuldades dada a crescente interdependência, que parece estar abrir caminho para várias formas de «globalização».

Precisamos de conhecimento fidedigno para que possamos definir métodos de orientação para lidar com a comunhão e com a diversidade. Parece natural que nos prendamos mais às diferenças do que aos valores comuns, aos quais estamos habituados no nosso dia a dia. As diferenças, e não os aspectos comuns, são notícia e enchem as primeiras páginas, a bom preço de mercado. Infelizmente, a pluralidade de fontes de informação nem sempre ajuda. É necessário encontrar o equilíbrio entre duas pesquisas científicas sérias – a comunhão de valores deve ser estudada à luz da diversidade e vice-versa. Cada disciplina ligada à humanidade e à vida social tem o seu próprio contributo a prestar.

Tal pode levar-nos a resultados salutareos, especialmente no que toca às culturas de vizinhança, religiões e afins. Tomemos a fé abrahâmica por exemplo. Ninguém nega que o judaísmo, o cristianismo e o islão são religiões diferentes, com diferentes teologias. Mas é igualmente inegável que todas têm coisas em comum, especialmente no que toca ao respeito por valores morais, princípios éticos e padrões. As diferenças não impediram al-Farabi, conhecido filósofo muçulmano da idade média, de estudar filósofos cristãos e de ensinar a alunos cristãos. As diferenças não impediram São Tomás de Aquino de citar al-Farabi na sua famosa Summa Theologia. Também não impediram Maimonides, filósofo judeu, de dizer «se queres aprender filosofia, especialmente a lógica, o melhor guia é al-Farabi». Não podemos esquecer que, graças ao encontro de ideias, práticas e abordagens, as universidades, de Córdova a Toledo, da Sicília a Paris, tiveram um curriculum comum que ajudou a formar perspectivas comuns, principalmente no campo da filosofia e ciência. A nossa idade média, a nossa história distante, pode contribuir melhor do que a nossa «história efectiva» para a remoção da pesada cortina que se abateu injustamente sobre a nossa comunidade.

A história efectiva e recente de muitas comunidades ou nações testemunhou várias formas de imperialismo, colonizações, duas guerras mundiais sangrentas, atrocidades intoleráveis em nome do apuramento racial ou contra a classe trabalhadora, etc. Tudo isto deixou profundas cicatrizes e feridas sangrentas, algumas delas ainda presentes.

Enquanto seres humanos, aprendemos alguma coisa com estas terríveis experiências. As lições da história ajudaram-nos a visualizar uma nova concepção das relações internacionais através de novas leis, cartas e declarações e da criação de novas instituições, como as Nações Unidas e, recentemente, a União Europeia. Tal trouxe

alguma esperança de passar de um mundo Hobbesiano, onde a vida é «brutal, difícil e curta», para um mundo Kantiano onde arde a vela da «paz perpétua».

Estaremos nós a afastar-nos deste período optimista e de esperança? Ou pior: estaremos a caminhar para o choque de civilizações, na crença de que estas são inerentemente hostis umas às outras, devido aos supostamente inconciliáveis valores que defendem?

Bem ou mal – e eu acredito que bem – milhões de pessoas têm vindo a queixar-se e a sofrer com as políticas de um exercício hegemónico do poder que presta pouca atenção às exigências de uma ordem de valores. Milhões de pessoas, por exemplo, encontram-se hoje encurraladas entre dois poderes: o poder organizado e desumano, e o poder que procura acabar com este último. No mundo muçulmano, a maioria do povo não reage contra a herança «judaico-cristã». Nem a maioria do povo no ocidente reage contra a herança «islâmica», apesar da terrível mágoa causada pelo 11 de Setembro. As pessoas não temem as heranças mas sim as relações de poder organizadas e levadas à prática com pouca atenção às relações de valores. Temem a prática da realpolitik com poucas considerações éticas. Esperam que a comunidade internacional, as leis internacionais e as instituições internacionais tenham mais peso e desviem o poder dos políticos poderosos e senhores da guerra, que não se importam de declarar guerra em nome da promoção da segurança, paz, justiça, democracia, direitos humanos, etc. É importante lembrar que, para além dos fins, os meios também necessitam de justificação moral aceitável. Pensar ou agir de maneira diferente pode facilmente diminuir o frágil poder de uma comunhão de valores e levar à ira, à frustração, ao ódio, à alienação e talvez à continuação de conflitos sangrentos...

O que podemos fazer, enquanto pessoas responsáveis de todas as culturas, para, por um lado, reforçar a nossa comunhão de valores, reavaliá-los na nossa presente experiência de vida global, e até criar mais valores partilhados, e para, por outro lado, reconhecer e respeitar diferenças no intuito de criar um clima que possibilite a harmonização do poder com a justiça, criando as condições indispensáveis à tolerância e à coexistência pacífica e criativa? Os sinais do tempo mostram-nos que urge não apenas «deixarmo-nos ser uns aos outros», mas também «ajudarmo-nos uns aos outros». Não só viver lado a lado, mas também juntos em coesão e harmonia, sem necessidade de desrespeitar a nossa comunhão de valores e a diversidade, as quais têm origem numa profunda natureza humana e na experiência.

Este ponto exige-nos compromisso activo em relação a dois grandes princípios: a comunhão de valores e a diversidade. O primeiro diz-nos que «aqueles que pertencem

a todos nós deveriam permanecer de todos nós». No intuito de ilustrar este princípio, gostaria de referir uma recente discussão sobre o papel dos valores no esboço do texto da Constituição da União Europeia: A União funda-se nos valores do respeito pela dignidade humana, da liberdade, da democracia, da igualdade, do Estado de direito, e do respeito pelos direitos humanos. Estes valores são comuns aos Estados membros, numa sociedade caracterizada pelo pluralismo, a tolerância, a justiça, a solidariedade e a não discriminação.

No que toca à implementação e à prática destes valores, os Estados membros da União estão muito à frente da maioria dos países do mundo, mas isso não nos dá o direito de lhes chamar valores «europeus» ou «cristãos». Quando remontamos às nossas autênticas tradições, não podemos deixar de ver que a maior parte delas são denominadas «valores morais». Esta designação universal tem séculos de história, remonta a Platão, Aristóteles, aos Estoicos, Neo-Platónicos, filósofos judeus, cristãos e muçulmanos. Tanto quanto sei, os maiores trabalhos sobre a filosofia moral no Islão, por exemplo, usam o termo «ética» e não «ética islâmica». O próprio Corão, quando se refere aos principais valores éticos, virtudes, princípios e padrões, usa o termo 'ma'ruf', que significa «conhecido» por toda a experiência humana.

Alguns dos valores básicos que ainda hoje partilhamos são mesmo mencionados nos nossos textos sagrados, alguns derivam dos textos e agora, muitos religiosos relacionam de uma maneira diferente alguns valores modernos com o seu texto, algumas vezes forma bastante indirecta. Atentemos ao valor democracia, mencionado no esboço do texto da Constituição. Democracia, como sabemos, tanto no seu estado «thick» e «thin», em muitas partes do mundo, era naturalmente desconhecida. Mas o crente contemporâneo pode achar bastante plausível inquirir «o que é que os ensinamentos do meu texto sagrado dizem do modelo de democracia com estas características?». Todos sabemos que uma governança democrática desenvolvida repousa na participação (no sistema parlamentar), no Estado de direito, no respeito pelos direitos humanos, na justiça, na justa organização da pluralidade (ética, cultural e religiosa), na transparência, na responsabilidade e, de acordo com alguns, num papel secular. Falemos agora da compatibilidade de uma dada religião com a democracia, se os seus ensinamentos ou a interpretação dos seus ensinamentos não colidem com as características mencionadas. Que eu saiba, nenhuma pessoa razoável na Turquia rejeita a democracia em prol de qualquer outro sistema de governo.

No passado, alguns hesitaram, tendo em conta o papel do espaço secular numa país de maioria muçulmana. Mas agora, vêem que na prática ocidental da democracia, o

«espaço secular» não rejeita a religião, mas rejeita a abordagem religiosa que procura dominar a arena pública. Este espaço pertence a todos os cidadãos constitucionais, independentemente das suas religião, filosofia e ideologia.

Com que valores podemos organizar e gerir diferenças? Esta pergunta tem várias respostas mas uma delas parece-me razoável: no contexto histórico contemporâneo, com os valores aqui mencionados. Um bom passo neste sentido está a ser dado na vida sócio-política turca. A Turquia é um país de maioria muçulmana e tem uma cultura diferente, que engloba elementos ocidentais e elementos turco-islâmicos. Considero isso uma riqueza. A Turquia situa-se em dois mundos: o Ocidente e o mundo Muçulmano. Em princípio, as diferenças não devem ser vistas como motivo de preocupação, já que existem dentro de uma experiência de vida agora enriquecida pela prática dos direitos humanos, do Estado de direito e da governança democrática. Consequentemente, um segundo princípio será criticar mas também reconhecer e respeitar as nossas diferenças e trazê-las para a nossa visão comum. Enquanto estes dois princípios forem observados, nenhum país, nenhuma comunidade, tem justificação moral para dizer «não» à partilha, à vida em conjunto, à luta por um futuro melhor, a outra comunidade.